



GRUPO DE TRABALHO I

AS ECONOMIAS INSULARES DA MACARONÉSIA NO CONTEXTO DA ECONOMIA GLOBAL: A INCIDÊNCIA ESPECIAL NO TURISMO, COMÉRCIO E SECTOR PRIMÁRIO

A CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO ECONÓMICO DAS RUPs

Os arquipélagos atlânticos da Macaronésia são caracterizados por uma dispersão geográfica que impõe um conjunto de constrangimentos estruturais à atividade económica.

A distância dos arquipélagos face às economias continentais de referência, a dispersão de infraestruturas e recursos por diferentes ilhas, e a dimensão reduzida dos mercados internos das ilhas de menor população, representam a impossibilidade de criar economias de escala, de diluir custos e de gerar sinergias.

A atividade económica nos arquipélagos é assim fortemente condicionada por diversos sobrecustos, o que contrasta com o modelo económico europeu continental que está a acentuar as vantagens da concentração, da mega escala empresarial e das centralidades territoriais.

Estas condicionantes foram reconhecidas formalmente pela própria União Europeia que instituiu o estatuto de Região Ultra Periférica (RUP) no Tratado de Funcionamento da União. Este reconhecimento tem permitido obter apoios comunitários específicos para as diversas RUPs, materializando a discriminação positiva dessas Regiões como fator de correção de assimetrias e de desigualdades.

As características particulares das economias insulares implicam a necessidade de desenvolver políticas específicas para esses territórios, quer de âmbito regional, quer de âmbito estadual, quer de âmbito europeu ou supraestadual.

Assim, as características territoriais dos arquipélagos da Macaronésia, bem como as condicionantes económicas, impõem a necessidade destas Regiões continuarem a construir uma frente comum junto das instituições da União Europeia, quer através do estatuto das Regiões Ultra Periféricas (RUPs), quer por via da parceria especial da UE com a República de Cabo Verde.

Neste sentido, o Plenário das Jornadas Parlamentares Insulares, Reunido em Santa Cruz de Tenerife, aprova e proclama as seguintes Orientações Políticas:



- A defesa intransigente junto das instituições da UE, nomeadamente recorrendo ao estatuto da Ultraperiferia consagrado no Tratado de Funcionamento da União, de medidas de diferenciação positiva e de atenuação dos efeitos estruturais e permanentes decorrentes dos condicionalismos geográficos das Regiões Ultra Periféricas;
- A defesa do aprofundamento de instrumentos de política de coesão territorial e económica da UE especialmente direcionados para as RUPs, contrariando a tendência de redução do esforço financeiro comunitário ao serviço das políticas de Coesão;
- A articulação de posições de todas as RUP's no sentido da defesa de interesses comuns nas instâncias europeias, nomeadamente nos órgãos consultivos da Comissão Europeia, através de uma intervenção ativa no Comité das Regiões, na Conferência dos Presidentes das RUPs, na CALRE e na Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa, entre outros organismos;
- Aprofundar a cooperação estratégica com os Governos Nacionais no sentido de fazer refletir as posições das RUPs no âmbito de negociações comunitárias desenvolvidas por esses Governos, sobretudo no caso de matérias particularmente sensíveis para as RUPs.
- Defender a manutenção dos níveis de financiamento às RUPs por parte dos respetivos Estados Centrais no âmbito das leis nacionais que regulam a solidariedade entre os Estados e as RUPs.

TURISMO

O setor turístico constitui atualmente um verdadeiro motor de desenvolvimento económico global. Nas Regiões Ultra Periféricas (RUPs), onde diversos condicionalismos impedem uma diversificação da base económica, o Turismo constitui-se como um dos sectores mais relevantes na geração de riqueza e na criação de emprego.

Os arquipélagos da Macaronésia possuem condições naturais únicas que conferem uma oferta turística de enorme qualidade no contexto da economia Global.



As condições naturais e a posição geográfica na cordilheira atlântica permitem estruturar uma oferta turística de grande qualidade no segmento de natureza, mar, praia e aventura que constituem grandes oportunidades a explorar ou desenvolver.

Neste sentido, o Plenário das Jornadas Parlamentares Insulares, Reunido em Santa Cruz de Tenerife, aprova e proclama as seguintes orientações políticas:

- Apostar no Sector turístico como um segmento determinante para promover o desenvolvimento económico, a geração de riqueza e a criação de postos de trabalho;
- Assumir o compromisso de defender intransigentemente medidas de políticas ambientais avançadas que assegurem a preservação de zonas protegidas e a sustentabilidade ambiental da atividade turística;
- Assegurar a redução dos preços das passagens aéreas e o desenvolvimento de parcerias estratégicas para abertura de novas rotas em mercados emissores de fluxos de turismo em expansão;
- Assegurar a existência de um quadro regulatório do sector dos transportes que assegure condições aliciantes e preços competitivos dos transportes aéreos e marítimos;
- Reforçar a cooperação entre todas as RUPs no sector turístico por forma a melhorar a qualificação dos destinos turísticos e a proceder ao início de uma integração económica entre os arquipélagos da Macaronésia.
- Proceder à consolidação do turismo de natureza nomeadamente apostando no reforço da oferta de whalewatching, birdwatching, turismo de aventura, nomeadamente, do turismo relacionado com os fenómenos do vulcanismo, do mergulho com a fauna marinha que reside ou cruza os mares dos Arquipélagos da Macaronésia.
- Desenvolver as condições para a sustentabilidade da indústria do turismo nas Regiões da Macaronésia, através da intensificação da promoção junto dos mercados emissores atuais e potenciais.



COMÉRCIO

A atual União Europeia, antes de assumir objetivos de integração próprios de uma efetiva União política, conforme constam nos tratados da UE, era essencialmente um projeto de Comunidade Económica onde a criação de um mercado comum, o livre comércio entre os países membros e a regulação da concorrência eram os aspetos essenciais de atuação.

A Comissão Europeia negocia acordos comerciais em nome da EU, no âmbito das regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), e colabora com o Parlamento Europeu e os governos nacionais por forma a assegurar condições de justiça, transparência e equidade dos acordos comerciais.

A UE é o maior exportador mundial de bens e serviços e constitui-se como o maior mercado único do mundo. Os consumidores e os investidores têm ao seu dispor benefícios e vantagens que decorrem da criação de um mercado comum caracterizado pela livre circulação de pessoas, de bens, de serviços e de capitais.

Atualmente, os aspetos económicos e comerciais continuam a ser preocupações centrais da União, que procura através da atividade comercial desenvolver as economias da União e dinamizar o mercado de emprego.

Com efeito, a persecução de acordos comerciais entre grandes blocos económicos, como acontece com os países do Mercosul, ou com os Estados Unidos (TTIP) ou com o Canadá (CEPA), representam não apenas um conjunto de oportunidades e desafios como também vários riscos para as economias mais periféricas e com menor capacidade exportadora.

Neste sentido, o Plenário das Jornadas Parlamentares Insulares, Reunido em Santa Cruz de Tenerife, aprova e proclama as seguintes Orientações Políticas:

- Exigir que a Comissão avalie e estude detalhadamente os impactos da assinatura de acordos de comércio livre com grandes blocos económicos, por forma a assegurar condições de concorrência leais e transparentes para os sectores tradicionais das economias das RUPs;
- Assegurar, no âmbito dos acordos comerciais referidos no ponto anterior, a inclusão de normas vinculativas que assegurem a regulação de aspetos laborais, ambientais e fiscais que impeçam a concorrência desleal com as economias das RIIP's.



- Assegurar a participação e o acompanhamento por parte das RUP's, quer no âmbito estadual quer no plano comunitários, dos processos negociais referentes aos acordos comerciais realizados pela Comissão Europeia;
- Defender o acionamento do fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, cujo o âmbito foi alargado à Agricultura, a fim de apoiar os agricultores em eventuais situações negativas na sequência de novas situações de mercado, decorrentes da entrada em vigor dos acordos de comércio internacional.
- Assegurar benefícios específicos para a RUP que permitam atenuar os sobrecustos económicos que decorrem da forte dependência desses territórios dos preços da energia, dos combustíveis e dos transportes, implicando assim um acréscimo significativo dos custos de toda a cadeia logística que suporta a atividade económica;

SECTOR PRIMÁRIO

Na União Europeia, as atividades económicas do sector primário, a agricultura e as pescas, são fortemente condicionadas por políticas comuns geridas diretamente pelas instituições europeias, sobretudo pela Comissão. O sector primário é regulado pela Política Agrícola Comum (PAC) e pela Política Comum de Pescas (PCP). Ou seja, o apoio político e financeiro a este setor fundamental para as RUPs não é da responsabilidade de cada país, incumbindo antes à UE no seu conjunto.

A PAC foi criada com uma finalidade política e não económica. A PAC resistiu ao longo de décadas em manifesta contradição com a dinâmica geral de liberalização das políticas económicas europeias. No entanto as últimas revisões da PAC têm introduzido uma tendência crescente de liberalizar o sector agrícola, o que implicou destruir a política de salvaguarda dos pequenos produtores e das pequenas regiões – como é o exemplo do fim das quotas leiteiras ocorrido em Abril de 2015.

A aposta na liberalização da PAC tem sido negativa para os interesses das RUPs. O Modelo económico está a ser reconfigurado e a instituir um sistema que irá incentivar a concentração da produção em grande escala, procurando a eficiência económica e a otimização produtiva.

Está a emergir uma realidade europeia que parece servir apenas os interesses dos grandes, dos fortes, dos poderosos, dos mais ricos e dos que se localizam na centralidade territorial do continente Europeu.



Por seu lado a reforma da Política Comum das Pescas da EU, que entrou em vigor em janeiro de 2014, foi uma clara demonstração do falhanço do quadro regulatório precedente que levou à exaustão de recursos e a vários problemas sociais e económicos no sector.

A PCP procura agora colocar a sustentabilidade ambiental da pesca no centro das suas preocupações, conciliando esse objetivo com a sustentabilidade económica do sector, nomeadamente através da garantia dos meios de subsistência aos pescadores e a viabilidade económica dos outros agentes do sector: armadores, empresas de transformação, empresas de exportação, etc.

A PCP procura igualmente utilizar o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas para, até 2020, financiar projetos destinados a introduzir técnicas de pesca inovadoras, criar novas vias de escoamento para os produtos do mar e melhorar a qualidade de vida nas zonas costeiras

As enormes Zonas Económicas Exclusivas das RUPs, por se situarem na cordilheira atlântica, não possuem uma plataforma continental, o que impede uma rápida reposição do stock de pescado capturado.

As zonas com profundidades inferiores a 600 metros são, em termos relativos, raras. Mais de 80% dos fundos das ZEEs das RUPs têm profundidades superiores a 1500 metros ou mesmo abissais. No que respeita à Pesca as ZEEs das RUPs possuem bancos de pesca de espécies demersais muito frágeis. A situação pode ser resumida a muita água e pouco peixe. Por outro lado, a pesca de peixes migratórios – como os atuns – é difícil de gerir por serem espécies capturadas por frotas de vários países em diferentes zonas do Oceano sujeitas a diferentes jurisdições.

A pesca nas RUPs, para ser sustentável, deve ser fortemente regulada. O grande desafio atual coloca-se ao nível da gestão das Pescas, nomeadamente na regulação que assegure a sustentabilidade da atividade.

Por norma, nas RUPs as atividades do sector primário têm um peso relativo nas economias regionais superior às médias nacionais.

Os Açores são hoje uma das principais regiões portuguesas na produção de leite e de queijo, sendo a produção de carne, batata, hortícolas, ananás, tabaco, chá, mel e fruta outras áreas com forte implantação na Região.



O fim do regime de quotas leiteiras, que entrou em vigor a 1 de Abril de 2015, e a conseqüente desregulação da produção leiteira tem resultado numa diminuição acentuada do preço do leite pago aos produtores, o que está a colocar o maior sector económico do arquipélago sobre uma enorme pressão.

As pescas são igualmente uma atividade com enorme impacto social e económico na Região, sendo responsável por 20% das exportações dos Açores.

No caso da Madeira a produção de banana, vinho, cana de açúcar, fruta e flores são pilares da economia regional que conta com o sector turístico como a principal atividade. As Pescas são também uma atividade com grande expressão na economia madeirense.

O caso das Canárias apresenta algumas diferenças em relação às RUPs portuguesas. A economia canarinha tem várias produções agrícolas relevantes e um sector ligado à pesca com grande expressão. Porém é uma região que depende muito de importações alimentares para fazer face à sua procura interna.

Cabo Verde vive uma situação ainda mais distinta. Com uma latitude mais meridional e com um clima em que a seca é um problema em várias ilhas, a atividade agrícola não tem uma grande expressão económica por não gerar excedentes, embora seja muito relevante do ponto de vista social.

O caso das pescas é muito diferente. Cabo Verde é um País com uma forte tradição piscatória contando com um sector com forte expressão económica e com uma frota numerosa que permite a alocação de muito recursos humanos à atividade, o que lhe confere uma grande expressão de exportações de peixe fresco e de marisco para vários países europeus.

Neste sentido, o Plenário das Jornadas Parlamentares Insulares, Reunido em Santa Cruz de Tenerife, aprova e proclama as seguintes Orientações Políticas:

- Defender o reforço financeiro dos programas POSEI, especificamente concebidos para apoiar as produções tradicionais das economias das RUPs, e de outras medidas de discriminação positiva que façam frente aos sobrecustos da atividade económica nas RUPs, por forma a apoiar as explorações dedicadas a produções agrícolas tradicionais nos Açores, Madeira e Canárias.



- Defender, face às novas circunstâncias de mercado não previstas pelo fim do regime de quotas leiteiras e pelo embargo comercial à Rússia, o reforço financeiro do programa POSEI para os Açores, ou a criação de um novo mecanismo de compensação, com o objetivo de compensar os produtores de leite dessa Região pela quebra de rendimento que resultou da desregulação do sector leiteiro europeu, e pelo embargo Russo, e cuja liberalização não garantiu a “aterragem suave” prometida pela Comissão Europeia;
- Manifestar a sua absoluta oposição a futuras iniciativas de reformas que impliquem a renacionalização de parte ou da totalidade da PAC;
- Aproveitar os financiamentos dos Programas de Desenvolvimento Rural para, até 2020, apoiar a modernização e a reestruturação de explorações agrícolas, proporcionar formação aos agricultores e promover a renovação geracional através do apoio a jovens agricultores;
- Diligenciar junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) no sentido de criar linhas de crédito especial para apoiar os agricultores das RUPs, nomeadamente através de apoios ao investimento em modernização, reestruturação e fundos de maneiio das empresas agrícolas;
- Diligenciar junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) no sentido de criar linhas de crédito especial para apoiar a diversificação da pesca com vista a melhorar a sustentabilidade ambiental e a diversificação das espécies capturadas;
- Desenvolver medidas de regulação da atividade piscatória que assegure a sustentabilidade ambiental, o rendimento dos pescadores e a viabilidade económica das empresas do sector.
- No âmbito do ponto anterior, cada Região da Macaronésia deve equacionar: o aumento das zonas de pesca protegidas, a redução de quotas de espécies cujo stock esteja em risco, a introdução de paragens biológicas e redimensionar as frotas de pesca.
- Promover o chamado "crescimento azul" e o potencial de desenvolvimento das atividades relacionadas com o mar sem nunca descurar o cumprimento da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha cuja implementação impõe normas de sustentabilidade ambiental muito exigentes;



- Concretizar os princípios da regionalização e da subsidiariedade que a PCP promove, nomeadamente através da defesa da interdição do acesso às 100 milhas das ZEEs das RUPs por parte de frotas externas;
- Defender a regulamentação mais restritiva da utilização de instrumentos agregadores de peixes migratórios (FAD – Fish Aggregating Devices) utilizados nas pescarias no Atlântico, cujo uso excessivo está a delapidar os stocks de espécies de atuns e afectar a sua migração para as zonas de pesca dessas espécies nos mares das RUPs;
- Promover a cooperação com instituições científicas, como Universidades ou Politécnicos, que permitam aprofundar os conhecimentos científicos relacionados com os ecossistemas afetados pela atividades piscatórias e extrativas no mar;
- Promover a inovação, pesquisa, desenvolvimento de novas tecnologias e produtos comercializáveis, aproveitando os recursos biológicos, minerais e energéticos do mar;
- Promover a concertação entre representantes de pescadores, ambientalistas, e comerciantes no sentido de consensualizar a implementação das reformas que assegurem a sustentabilidade da atividade da pesca;